



CONTRARRAZÕES AO RECURSO ADMINISTRATIVO

Processo Administrativo nº 08230.004701/2025-82
Pregão Eletrônico nº 90006/2025 – SR/PF/AL

Recorrida: WNS Serviços e Locações Ltda., CNPJ nº 11.486.088/0001-10

Recorrente: Rosan Serviços Gerais Ltda., CNPJ nº 04.663.867/0001-88

Órgão: Ministério da Justiça e Segurança Pública – Polícia Federal
Superintendência Regional em Alagoas – PF/AL

I – SÍNTESE DO RECURSO

A empresa **Rosan Serviços Gerais Ltda.** interpõe recurso alegando, em linhas gerais, que a proposta apresentada pela **WNS Serviços e Locações Ltda.** seria supostamente inexecutável. Fundamenta tal alegação principalmente em dois pontos:

1. Suposta divergência no valor da tarifa de transporte coletivo utilizada para composição dos custos;
2. Suposta insuficiência na comprovação das alíquotas efetivas de PIS e COFINS.

A recorrida demonstra, a seguir, que **ambas as alegações são infundadas, desatualizadas e já devidamente esclarecidas à equipe de contratação**, não constituindo qualquer irregularidade ou fato novo apto a reformar o julgamento.

II – DA AUSÊNCIA DE ACOMPANHAMENTO ADEQUADO DO CERTAME PELA RECORRENTE

Desde o início das análises, a proposta da WNS foi submetida a **rigorosa verificação pela equipe de contratação**, com respostas a questionamentos, diligências e envio de documentação comprobatória, conforme determina o edital e a legislação pertinente.

As alegações da recorrente demonstram **desconhecimento do andamento processual**, pois retomam questionamentos que **já haviam sido respondidos, examinados e aceitos pela Administração**, não havendo qualquer elemento novo que sustente o inconformismo apresentado.



III – DA TARIFA DE ÔNIBUS – ALEGAÇÃO INDEVIDA

A recorrente afirma que a tarifa utilizada pela WNS para o posto de Maceió estaria equivocada, sustentando que o valor correto seria R\$ 4,00.

Contudo, a própria **equipe de contratação**, em resposta a pedido de esclarecimento durante o certame, informou **expressamente** que a tarifa considerada deveria ser:

R\$ 3,49 (três reais e quarenta e nove centavos), quando pago por meio do cartão VAMU.

Tal esclarecimento consta dos autos e foi anexado pela Administração. Assim, verifica-se que:

30/10/2025 17:28



De: Anna <comercial3@servitium.com.br>
Enviada em: quinta-feira, 30 de outubro de 2025 09:57
Para: AL/SR - Comissão Permanente Licitações <cpl.sellog.sral@pf.gov.br>
Assunto: Pedido de Esclarecimento - Pregão eletrônico nº 90006/2025 (MINISTÉRIO DA JUSTIÇA - Departamento de Polícia Federal - Superintendência Regional em Alagoas)

Prezados, bom dia!

Solicitamos esclarecimentos ao Pregão Eletrônico nº 90006/2025, Objeto: Contratação de serviços de APOIO ADMINISTRATIVO, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, sendo:

1 - QUAL A CONVENÇÃO COLETIVA UTILIZADA PARA ESTIMAR OS VALORES?

2 - É DE OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA CONTRATADA O FORNECIMENTO DE SEGURO DE VIDA PARA OS FUNCIONÁRIOS MESMO SE NÃO PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA OU EDITAL? E QUAL O VALOR MÍNIMO PARA TAL ITEM?

3 - PARA O PRESENTE OBJETO FAZ-SE NECESSÁRIO PREPOSTO? QUEM ARCARÁ COM OS CUSTOS? - CASO NÃO PREVISTO NA PLANILHA DE CUSTOS.

4 - QUAL O VALOR DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO DA LOCALIDADE ONDE SERÁ EXECUTADO O OBJETO?

5 - É POSSÍVEL REALIZAR A REDUÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS PREVISTOS, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS? CASO A REDUÇÃO SEJA POSSÍVEL, QUAIS AS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA EVITAR A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA?

Atenciosamente,

--

Anna Beatriz Grandi
Assistente de Licitação - SERVITIUM



Resposta ao pedido de esclarecimentos de SERVITIUM, em 30/11/2025.

1 - QUAL A CONVENÇÃO COLETIVA UTILIZADA PARA ESTIMAR OS VALORES?

Resposta: AL000007/2025 e AL000011/2025 (esta última em relação ao vale transporte).

2 - É DE OBRIGATORIEDADE DA EMPRESA CONTRATADA O FORNECIMENTO DE SEGURO DE VIDA PARA OS FUNCIONÁRIOS MESMO SE NÃO PREVISTO NA CONVENÇÃO COLETIVA OU EDITAL? E QUAL O VALOR MÍNIMO PARA TAL ITEM?

Resposta: O edital não prevê essa obrigatoriedade. E na composição de preços para formação do valor de referência também não foi previsto o componente "seguro de vida".

3 - PARA O PRESENTE OBJETO FAZ-SE NECESSÁRIO PREPOSTO? QUEM ARCARÁ COM OS CUSTOS? - CASO NÃO PREVISTO NA PLANILHA DE CUSTOS.

Resposta: A contratação não prevê posto para função de preposto. No entanto, o modelo de gestão do contrato (cláusula 6) prevê a indicação de pessoa para atuar nessa função, sendo os custos suportados pelo contratado.

4 - QUAL O VALOR DA TARIFA DO TRANSPORTE PÚBLICO DA LOCALIDADE ONDE SERÁ EXECUTADO O OBJETO?

Resposta: R\$ 3,49 (quando feito por meio do cartão VAMU)

5 - É POSSÍVEL REALIZAR A REDUÇÃO DOS ENCARGOS SOCIAIS PREVISTOS, CONSIDERANDO AS EXIGÊNCIAS LEGAIS? CASO A REDUÇÃO SEJA POSSÍVEL, QUAIS AS CONDIÇÕES E PROCEDIMENTOS A SEREM OBSERVADOS PARA EVITAR A DESCLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA?

Resposta: Os encargos sociais e trabalhistas serão exigidos na estrita conformidade com a lei. Eventualmente, o licitante (empresa) poderá usufruir algum benefício previsto em lei, como por exemplo no caso da desoneração da folha.

Atenciosamente,

CPL/SELOG/SR/PF/AL

- A WNS seguiu exatamente o valor informado oficialmente pela Administração;
- A Rosan desconhece ou ignorou a resposta de esclarecimento publicada no processo;
- A alegação de inexequibilidade não encontra qualquer respaldo fático.

Dessa forma, o argumento deve ser integralmente rejeitado.



IV – DAS ALÍQUOTAS DE PIS E COFINS – COMPROVAÇÃO PLENA PELA WNS

A recorrente alega que a WNS não teria justificado adequadamente suas alíquotas de PIS e COFINS.

Tal afirmação revela, novamente, **ausência de atenção ao processo licitatório**, pois foram apresentados pela WNS todos os documentos exigidos pelo edital e pela legislação para comprovação das **alíquotas efetivas** aplicáveis às empresas optantes pelo **Lucro Real**.

A recorrida juntou de forma completa:

- Recibo de Entrega da **EFD-Contribuições**;
- **Registros fiscais – Consolidação das Operações por CST**;
- **Apuração do Percentual Médio Efetivo de Recolhimento do PIS** dos últimos 12 meses;
- **Declaração de Alíquotas Efetivas de PIS e COFINS**.

Ou seja, toda a documentação exigida para demonstrar a apuração **por alíquota efetiva**, procedimento próprio do regime de **Lucro Real**, foi corretamente apresentada e analisada pela equipe de contratação.

A insistência da recorrente na aplicação das alíquotas nominais demonstra desconhecimento das regras tributárias aplicáveis às empresas do Lucro Real, não se sustentando tecnicamente.

V – DA PLENA EXEQUIBILIDADE DA PROPOSTA

Após todas as diligências, verificações e esclarecimentos prestados, a equipe de contratação **validou a exequibilidade da proposta da WNS**, considerando adequados:

- custos diretos e indiretos;
- encargos trabalhistas;
- tributos;
- insumos;
- margens operacionais.

Não há nos autos qualquer elemento novo capaz de infirmar as conclusões da Administração.



O recurso da Rosan não passa de **mero inconformismo** com o resultado do certame, buscando rediscutir questões já analisadas e superadas, o que apenas causa **atraso e perda de celeridade** ao processo licitatório.

VI – DO PEDIDO

Diante do exposto, a **WNS Serviços e Locações Ltda.** requer:

1. **O conhecimento**, mas o **total desprovemento** do recurso interposto pela Rosan Serviços Gerais Ltda.;
2. A **manutenção integral** do julgamento que considerou **exequível** a proposta da WNS;
3. O prosseguimento regular do processo licitatório, em respeito à eficiência e à segurança jurídica.

VII – ENCERRAMENTO

Por todo o exposto, resta claro que **nenhum dos argumentos da recorrente subsiste**, sendo todos eles baseados em equívocos, informações ultrapassadas ou já esclarecidas pela Administração.

Assim, **não há qualquer razão técnica ou jurídica** para reformar o julgamento realizado.

Termos em que,
Pede deferimento.

WNS Serviços e Locações Ltda.
CNPJ nº 11.486.088/0001-10